
República do Congo: acordos e parcerias entre madeireiros e conservacionistas

Há três anos, um acordo entre as autoridades do Gabão e uma madeireira francesa sacrificou 10.352 hectares da Reserva de Lope em troca de 5.200 hectares de uma área, até então não protegida, com florestas primárias, localizada nas distantes terras altas, adicionada à reserva (veja o boletim 38 do WRM). Esse acordo altamente polêmico foi feito por funcionários da organização Wildlife Conservation Society (WCS), com sede nos Estados Unidos.

No ano 2001, o palco mudou para Congo Brazzaville. A Wildlife Conservation Society anunciou um acordo envolvendo o Triângulo de Goualogo, na divisa do Parque Nouabale Ndoki; porém, desta vez, a única referência a uma compensação para a empresa madeireira CIB (Congolaise Industrielle des Bois) consistiu em fortes declarações no sentido de que NÃO haveria compensação alguma (talvez tenham aprendido da experiência anterior).

Houve muita conversa em torno dessa questão. O Dr. Stoll, diretor executivo da CIB, afirmou o seguinte: “A CIB desistiu dos planos de exploração no Triângulo de Goualogo. Não pode existir dúvida quanto a que não houve nenhum tipo de operação comercial ou compensação!”.

No dia 27 de agosto de 2002, John Robinson, vice-presidente da WCS, respondeu a uma consulta sobre a compensação no Triângulo, afirmando, em mensagem eletrônica enviada a Dale Peterson, autor do livro “Eating Apes”, o seguinte: “As perguntas que o senhor me faz da parte do Karl refletem a sua falta de compreensão... é a primeira vez que ouço falar em “compensação” entre a CIB e a WCS no Triângulo de Goualogo (a idéia é em si ofensiva)”.

Ao consultar telefonicamente o então presidente da OIMT (Organização Internacional de Madeiras Tropicais) a respeito do acordo de 2002, Karl Ammann teve como resposta o seguinte: “A proposta inicial de ceder o canto sul do Parque, para que a CIB não tivesse que construir estradas caras nos pântanos, foi rejeitada numa reunião de janeiro de 2002, e foi ajustado compensar a CIB com uma área de florestas ao longo da divisa com a República Centro-Africana”.

Em dezembro de 2002, um dos poucos turistas – de passagem na região – que conseguiu chegar sem convite à concessão e ao escritório central da WCS, em Kabo, contou que a nova concessão, entregue posteriormente em compensação pelo Triângulo, chamava-se Pikounda. A informação de que a CIB tinha ganho 60 mil hectares em Pikounda foi confirmada pelo Serviço Nacional de Reflorestamento (SNR).

A conclusão é que houve de fato um acerto de compensação, e que, da mesma forma que no acordo da Reserva de Lope, as empresas madeireiras ganharam em termos de área.

Como disse incisivamente Karl Ammann: “É claro que uma ampla gama de atores de alguma forma envolvidos nessa história “bem-sucedida” agora tinham de avaliar sua resposta a qualquer uma das perguntas mencionadas, e tinham de o fazer num contexto de variados interesses conflitantes. Decidir quão importantes são, ou eram, essas áreas do ponto de vista ecológico e econômico, para

depois compará-las, muito provavelmente levaria a um debate infundável e inconclusivo. A pergunta que surge é, pois: os conservacionistas e as ONGs podem se dar ao luxo de ganhar essa reputação quando se trata de transparência básica? Atualmente, existem políticas e procedimentos para negociar esse tipo de parcerias? Caso negativo, por que não existem? Caso positivo, quais são? Será que a gente está se encaminhando para uma situação onde, enquanto a extração de madeira ganha uma fachada ecológica, a indústria da madeira consegue continuar sujando a imagem das entidades conservacionistas?”.

Todos os leitores, ouvintes, observadores e consumidores de meios de comunicação de massa, todos os jornalistas remunerados e as firmas de relações públicas deveriam ter um resto de dignidade e dizer: Chega, já foi suficiente!

Adaptado de: “Compensation or no compensation? - That seems to be the question”, de Karl Ammann, 14 de outubro de 2003 (o texto na íntegra está disponível em: <http://www.wrm.org.uy/countries/Congo/question.html>), enviado por ECOTERRA International, correio eletrônico: NATURAL_FORESTS@ecoterra.net